

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE ERECHIM
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA**

FERNANDA DAL PRÁ

**A ORGANIZAÇÃO DO AMBIENTE ESCOLAR INFANTIL E SUA CONTRIBUIÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO AFETIVO, MOTOR E SOCIAL DA CRIANÇA**

ERECHIM

2017

FERNANDA DAL PRÁ

**A ORGANIZAÇÃO DO AMBIENTE ESCOLAR INFANTIL E SUA CONTRIBUIÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO AFETIVO, MOTOR E SOCIAL DA CRIANÇA**

**Artigo apresentado à Pós-graduação em
Psicopedagogia da URI- Erechim como
requisito para a obtenção do Título de
Especialista em Psicopedagogia.**

Orientador: Prof. Dr. Arnaldo Nogaró

ERECHIM

2017

A ORGANIZAÇÃO DO AMBIENTE ESCOLAR INFANTIL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AFETIVO, MOTOR E SOCIAL DA CRIANÇA

Fernanda Dal Prá¹

Resumo: O presente trabalho, resultado de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, busca refletir sobre a contribuição do ambiente da Educação Infantil para o desenvolvimento emocional e cognitivo da criança. Para tanto busca investigar se o ambiente onde as crianças da Educação Infantil interagem contribui para o seu desenvolvimento afetivo, motor e social. Propõe-se escrever sobre este tema por se entender que os espaços/ambientes devem ser motivadores para a aprendizagem. Esses locais devem estar preparados para contribuir com o desenvolvimento neurológico, intelectual, emocional, social da criança. Ao observar as crianças interagindo na sala de aula, nota-se o quanto estas se envolvem com o meio e podem ser influenciadas pelo ambiente, e com este pode influenciar as relações estabelecidas com os professores e demais colegas. Sendo o psicopedagogo um profissional que atua buscando sempre a aprendizagem, cabe também a ele fazer a leitura do espaço/ambiente onde o aprendiz interage, se desenvolve e busca conhecimento, instigando o professor e os responsáveis pela escola, neste caso de Educação Infantil, a criarem e desenvolverem um ambiente saudável e motivador para a aprendizagem.

Palavras-chave: Espaço. Ambiente. Motivação. Aprendizagem.

Abstract: This study results from a bibliographical research of qualitative character and aims to investigate whether the environment where the Kindergarten children interact contributes to their affective, motor and social development. I propose myself to write on this theme as a future psychopedagogue because I understand that spaces/environments should be motivating for learning. These spaces must be prepared for the development of the different neurological, intellectual, emotional and social capacities. When observing the children interacting in the classroom, one notices how much they are involved with the environment and are influenced by it, reacting according to the situations that are provided to them, not only with the place, but with the relationships established with teachers and the classmates. Being the psychopedagogue a professional who always seeks learning, it is up to him to read the place/environment where the learner interacts, develops and seeks knowledge, which instigates the teacher and those who are responsible for the school, in this case for the Early Childhood Education, to create and develop a healthy and motivating learning environment.

Keywords: Space. Environment. Motivation. Learning.
learning

¹ Licenciada em Pedagogia. Acadêmica do Curso de Pós-Graduação em Psicopedagogia da URI Erechim.

INTRODUÇÃO

Este estudo busca apresentar a importância do espaço/ambiente na educação infantil tendo como foco de estudo a organização desses espaços e a motivação que esses ambientes oferecem às crianças que ali interagem. A proposta é demonstrar que esses espaços são necessários para a aprendizagem e como ela se dá, considerando o desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor das crianças. Tornando, assim, a Educação Infantil de qualidade e produtiva.

A Constituição Federal de 1988 preconiza, que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205). Ainda, que o ensino seja ministrado nos seguintes princípios Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber e com Garantia de padrão de qualidade (no art. 206). O dever do Estado com a Educação será efetivado garantindo a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiverem acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

Observa-se que a Constituição Federal prevê a educação como um direito e também com qualidade a todos, e talvez por isso, desde 2009 tem-se considerado a educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade como obrigatória, e é a 1ª Meta do Plano Nacional de Educação – universalizar a educação infantil até 2016 – quer dizer, até o final desse prazo, todas as crianças com quatro anos deverão estar devidamente matriculadas e com ofertas de vagas nas escolas disponíveis. Com a inclusão da pré-escola como etapa de ensino obrigatório, entende-se que há um desejo de obter um número maior de crianças escolarizadas. O que nos permite observar, nos últimos anos, um olhar diferenciado dos governantes, voltado para a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica. De certa forma, isso vem comprovar a importância de uma boa educação desde os pequenos, podendo de alguma forma colaborar a desenvolver sujeitos de direitos e na formação de indivíduos ativos, pensantes, críticos e autônomos. Porém, não basta a criança estar matriculada e ser obrigada a frequentar a escola para ocorrer a aprendizagem. O ensino deve ser de qualidade, conforme prevê a Constituição Federal já citada.

Ao trabalhar com a problemática apresentada para estudo destaca-se a função do psicopedagogo enquanto um profissional que investiga os processos de aprendizagem. Mais diretamente relacionado a organização escolar, o psicopedagogo institucional tem a liberdade

de interferir e propor aos professores e responsáveis as melhorias e adequações do espaço/ambiente escolar. Não apenas com mudanças físicas espaciais, mas também e principalmente nas relações que aí se estabelecem. Elas devem ser de afetividade, cumplicidade, respeito, trocas de conhecimento, amizades, profissionalismo. Onde seja possível a formação de sujeitos de direitos e autores de suas histórias, cidadãos flexíveis, preparados para as complexidades da vida, seres críticos e com autonomia. Enquanto psicopedagogo clínico, cabe a ele também o direito de fazer observações com relação ao desempenho escolar de seu paciente e interferir na medida do possível, auxiliando o professor e aluno/paciente para que possam ser cúmplices no aprendizado. Lembrando que para haver aprendizado motivação é essencial, e não há motivação por parte das crianças se não for uma relação de segurança, confiança e trocas mútuas entre os envolvidos, formando uma tríade: aluno/paciente – professor – psicopedagogo.

Este estudo é resultado de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, que tem como objetivo principal refletir sobre a contribuição do ambiente da Educação Infantil para o desenvolvimento emocional e cognitivo da criança. Para tanto, procura-se responder a seguinte problemática: O ambiente onde as crianças de educação infantil interagem, contribui para seu desenvolvimento e aprendizagem?

ELEMENTOS PARA ENTENDER O SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A história da infância brasileira desde a época da colonização é permeada por abuso de cunho sexual, escravidão, trabalho forçado e adultização das crianças. Sem direito a se expressarem e manifestarem seus sentimentos, as crianças eram obrigadas a conviver com os maus tratos, abandono, pouca higiene, especialmente as mais pobres, cujas mães escravas e domésticas deviam obedecer às ordens de seus donos e patrões. Tendo, esse ser pequeno, aprender a se virar e se defender sozinho.

Por volta dos anos de 1726, surgiu na Bahia a “Casa ou Roda dos Expostos”, e logo mais expandiu o número dessas casas a outras localidades do Brasil. Localizada nos muros externos da Santa Casa de Misericórdia, era o lugar onde as mães, que não desejavam mais seus filhos bebês, os deixavam. As mães escravas, por sua vez, encontravam na roda uma possibilidade de livrar seus filhos da escravidão, visto que o filho nascido de mãe cativa aos sete anos já eram considerados adultos e podiam ser vendidos no mercado escravo, sendo separados de suas famílias. Eram deixadas na roda, ainda, filhos de mães pobres desejando

vida melhor a seus filhos. Esses lugares, considerados como as primeiras instituições de caridade, permaneceram prestando seus serviços à comunidade até meados do XIX. Por más condições de higiene e pelo atendimento dos menores ser junto aos doentes, era alto o índice de crianças que faleciam, vindo então, a encerrar com o acolhimento de rejeitados (TRINDADE, 1999).

A educação que começava a se desenvolver por volta de 1808 no Brasil, ainda não contemplava a faixa etária de zero a sete anos e tão pouco as populações mais pobres, excluídas do acesso à cultura. A educação de qualidade era dirigida a filhos da elite, que contratavam educadores para ensinar as crianças em suas residências. Os primeiros sinais de mudança surgem com a criação do primeiro jardim de infância, fundado pelo médico Joaquim José Menezes Vieira e sua esposa D. Carlota, em 1875. Mesmo assim, apenas os meninos com idade entre três a seis anos é que podiam frequentar a instituição (SANTANA, 2016).

Esse cenário de descaso com a educação começa a mudar no início do século XX com a transformação nos setores econômico e social, passando a educação a ser assunto de debate político com frequência. Mas ainda a educação não era prioridade. Esta só passou a ser melhor atendida a partir dos altos índices de mortalidade infantil, mesmo assim com um olhar assistencialista. Pois, conforme Santana (2016), os médicos higienistas usavam as creches como laboratório e além do mais, sob o olhar “jurídico-policia”, as crianças pobres eram vistas como ameaças para a sociedade, e por isso a construção de novas creches para evitar que estas viessem a cometer crimes enquanto estivessem nas ruas.

Nem mesmo com a criação do documento “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”² durante o governo Getúlio Vargas, declarando “que a Educação deveria ser prioridade do governo, pois só ela seria capaz de promover o desenvolvimento econômico e cultural fundamentais para impulsionar o crescimento do país” (SANTANA, 2016, p.12), modificou a imagem da educação infantil perante o governo. Todavia, essa permanecera sem ser

² O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932 é um dos documento/monumento da história da educação brasileira que se consolidou como sendo um momento de ruptura entre o “velho” e o “novo” (ALMEIDA FILHO, 2006, p.2180). Os Pioneiros da Educação Nova defendiam a idéia de que para o Brasil alcançar os níveis de progresso dos países europeus e atingir os patamares de desenvolvimento de países como os Estados Unidos era necessário organizar um sólido sistema educacional. Os anos 20 e 30 do século XX foram palco dessa idealização de identidade nacional, modernidade, progresso, ruptura com o passado colonial etc. A idéia de Brasil moderno acabou arregimentando um grupo de intelectuais ligados às concepções e influências de diversas ideologias e correntes de pensamento: liberalismo (s), evolucionismo (s), positivismo (s) e socialismo (s). Embora com divergências ideológicas e/ou diferenças de propostas, todos tinham em comum a questão de reformar as estruturas educacionais brasileiras. Entendiam que a educação era uma ferramenta essencial para que a sociedade brasileira pudesse romper com o atraso econômico, político e social em que se encontrava. Essa concepção coletiva da importância de se construir um sistema de educação nacional, reuniu diversos intelectuais que se propuseram a assinar o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 (XAVIER, 2002, p.8).

mencionada e sem políticas públicas capazes de mudar o cenário de descaso e abandono da infância de zero a sete anos.

Segundo Santana (2016), mudanças significativas começaram a acontecer nas décadas de 70 e 80 em que a sociedade civil organizara-se para reivindicar seus direitos e dentre eles melhorias na educação infantil, incluindo maior número de vagas das creches e construção de novos espaços para atender a demanda de crianças que necessitavam estar sendo atendidas. Uma vez que, com a industrialização do país, mais mulheres das classes populares entravam no mercado de trabalho e não tinham onde deixar seus filhos.

Nesta época, promulga-se a Constituição Federal de 1988, e com isso “[...] a Educação Infantil passou a ser reconhecida como direito dessas crianças. Dessa forma, a criança menor de sete anos deixa de ser objeto de benevolência e passa ser cidadã de Direito” (SANTANA, 2016, p. 13). Direito que se efetivou com a implantação a Lei Nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que integrou a Educação Infantil à Educação Básica em seu Art. 29 ao determinar que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

A partir de então, a educação infantil vem sendo observada com mais atenção por parte do governo, sociedade e representantes de órgãos educacionais, percebendo a criança como sujeito de direito, construtora de conhecimento. Outros documentos, como os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil e Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, são elaborados reforçando que o atendimento a crianças de zero a seis anos de idade não se apresenta como assistência social, e sim foco educacional. Ambos os documentos demonstram a preocupação em estabelecer aspectos e medidas para atingir um bom desenvolvimento da aprendizagem.

Descrição do espaço físico/ambiente

Ao se pensar em construir um novo espaço educacional, algumas considerações por parte das políticas públicas devem ser levadas em conta para obter um espaço de acordo com as normas e condizente com as aprendizagens. Conforme o documento Parâmetros Básicos de Infraestrutura de Educação Infantil do Ministério da Educação:

É importante que já na etapa de programação sejam definidas e incorporadas metas para se alcançar uma “qualidade ambiental” do futuro edifício. Dentre essas metas estão incluídos fatores como saúde e qualidade do ar interior, conforto térmico, conforto visual, conforto acústico, segurança, proteção ao meio ambiente, eficiência energética, eficiência dos recursos hídricos, utilização de materiais construtivos não poluentes e característicos da região, além da consideração do edifício como uma ferramenta de desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas (BRASIL, 2006, p. 17).

Outros aspectos, também, devem ser considerados em relação à infraestrutura, na busca de qualidade na educação infantil, para que um bom trabalho de ensino aprendizagem seja elaborado (BRASIL, 2006). Segue abaixo, uma relação de aspectos considerados importantes pelo MEC, e que precisam ser analisados na hora de organizar uma escola de educação infantil.

Aos arquitetos e aos engenheiros

Os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil preceitua que arquitetos e engenheiros devem:

Atuar a partir das orientações definidas pela equipe multidisciplinar.
Atuar para que a arquitetura das unidades de Educação Infantil seja fundamentada na diversidade dos contextos físico-geográficos, socioeconômicos e culturais da comunidade local.
Realizar estudos, pesquisas e projetos de ambientes educacionais envolvendo a localização, a implantação, a avaliação e a reabilitação de edificações.
Considerar e difundir a utilização de recursos materiais e técnicas locais à luz dos conceitos de sustentabilidade, atuando para incrementar a capacidade local no segmento da construção civil.
Considerar que o desenvolvimento de unidades de Educação Infantil inclusivas requer um maior conhecimento sobre o processo de projeto, procurando uma integração entre o usuário, o ambiente construído, o ambiente natural e a metodologia educacional (BRASIL, 2006, p. 13).

Toda e qualquer edificação que se deseja construir se faz necessário equipe especializada para tal. No contexto da educação infantil, nota-se a importância da participação de um grupo de profissionais de diferentes áreas trabalhando unidos para atender diferentes necessidades. Como pode-se perceber nas citações acima, começa com a escolha do terreno onde será implantado o prédio que é objeto de estudo, considerando os aspectos físicos do solo, o clima da região, a cultura e a economia do lugar, indo para além da paredes e o telhado.

Nesta etapa de projeção de edificação é importante considerar as possibilidades de uso dos espaços a partir da construção do prédio: que forma de uso pretende-se? Quantas crianças frequentarão os espaços? Quais atividades serão realizadas? Com quais objetivos? Quer dizer,

ao projetar este novo espaço de ensino, o idealizador da proposta também idealiza que tipo de escola quer. Quais métodos pretende seguir?

A partir disso, a equipe multidisciplinar define foco para cada necessidade do novo espaço de ensino-aprendizagem considerando a integração dos usuários dos espaços, naturais ou construídos, com a metodologia e com ele mesmo.

Parâmetros funcionais e estéticos

Ainda sobre a projeção desse novo espaço de aprendizagens, aspectos bem relevantes fazem parte da pauta de análise do projeto. Estética e funcionalidade são pontos importantes uma vez que tornam o ambiente mais aconchegante e outrora mais funcional, flexível, tornando-se favorável a organização de uma sequência de atividade, gerando um maior proveito espacial.

Os parâmetros funcionais devem ser observados na concepção da edificação, vislumbrando o desempenho esperado para esses ambientes. São eles: organização espacial e dimensionamento dos conjuntos funcionais, acessos, percursos, segurança e adequação do mobiliário. (BRASIL, p. 24, 2006).

Os aspectos estético-compositivos dizem respeito à imagem e à aparência, traduzindo-se em sensações diferenciadas que garantam o prazer de estar nesse ambiente. Nessa vertente estão incluídas a diversidade de cores, texturas e padrões das superfícies, o padrão construtivo, as formas, as proporções, os símbolos, os princípios compositivos, enfim, os elementos visuais da edificação, que podem ser trabalhados para despertar os sentidos, a curiosidade e a capacidade de descoberta da criança, e que, de certa forma, excitam o imaginário individual e coletivo. (BRASIL, p. 25, 2006).

Sendo assim, as imagens, as cores e texturas, as formas, um ambiente agradável, acolhedor, planejado de modo que satisfaça as necessidades da criança, com objetos e brinquedos, são fatores que podem estimular os sentidos, favorecendo seu desenvolvimento cognitivo, social e motor.

Áreas de recreação e vivência

Os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação (BRASIL, 2006) apresentam orientações de como devem ser as áreas de recreação e vivência, visto que:

A valorização dos espaços de recreação e vivência vai incrementar a interação das crianças, a partir do desenvolvimento de jogos, brincadeiras e atividades coletivas, além de propiciar uma leitura do mundo com base no conhecimento do meio ambiente imediato. O próprio reconhecimento da criança de seu corpo (suas proporções, possibilidades e movimento) poderá ser refinado pela relação com o mundo exterior.

Diferentes espaços de recreação devem levar em consideração a interação das crianças com os objetos que utilizaria e também interação com o outro, possibilitando movimento. A interação com o meio natural motivando assim a curiosidade e a criatividade, a experimentação de materiais diferentes como vegetação do local, tipos de pedras, coloração da terra, etc.

É preciso refletir sobre o momento de desenvolvimento da criança para organizar as áreas de recreação. Crianças menores necessitam de uma delimitação mais clara do espaço, correndo o risco de se desorganizarem quando este é muito amplo e disperso. Espaços semiestruturados em espaços-atividades contribuirão para a apropriação dos ambientes pelos pequenos usuários.

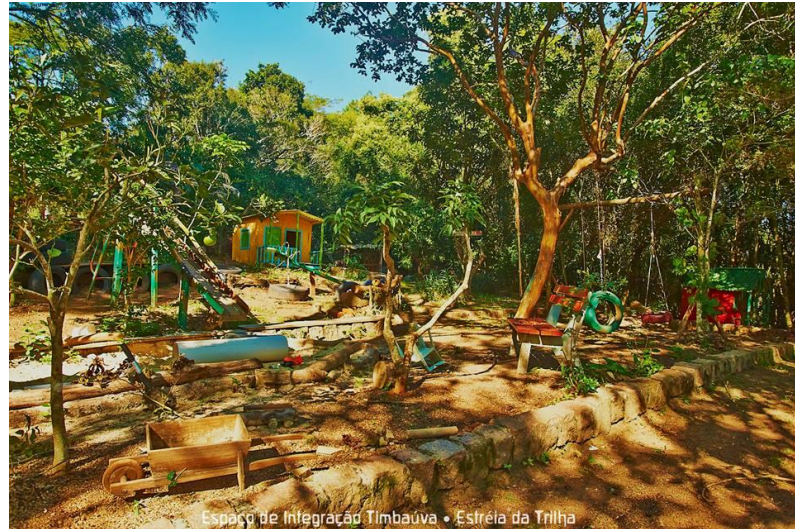
À medida que a criança vai crescendo, esses ambientes poderão ir se expandindo, favorecendo a exploração e o desenvolvimento físico-motor. Sob essa ótica, é importante que nas áreas externas se considere também a escala da criança, suas relações espaciais e sua capacidade de apreensão desse contexto, promovendo a orientação espaço-temporal e a segurança e encorajando as incursões pelas áreas livres.

Propor elementos que favoreçam a interação dos espaços. Em áreas muito amplas e dispersas, deve-se incluir elementos estruturadores (caminhos definidos, tratamento paisagístico, áreas de vivência coletiva, mobiliário externo compatível com o tamanho das crianças), pois eles irão facilitar a compreensão espacial do conjunto, visualizando seus limites.

A criança deve cada vez mais apropriar-se do ambiente. As áreas de brincadeira deverão oferecer segurança, sem serem limitadoras das possibilidades de exploração do universo infantil (BRASIL, p. 26, 2006).

Percebe-se a importância da organização adequada das áreas de recreação e convivência para o universo infantil, visto que as vivências de aprendizagem encontram-se relacionadas com o equilíbrio funcional entre corpo e mente. Sendo assim, além de aguçar os sentidos com texturas, imaginação, os novos espaços de ensino precisam oportunizar movimento, recreação com diversos materiais bolas, cordas, caixas, etc., velocidade, brincadeiras de corrida, subir, descer, agachar, se esconder, interação com a natureza, em fim (Fig. 1 e 2). O espaço pensado e programado possibilita a flexibilidade de uso tanto por crianças menores quanto pelas que já estão crescidas e por isso trata-se de lugar de exploração e desenvolvimento motor, de muitos significados e experiências.

Figura 1 - Contextualizando o espaço físico externo



Fonte: Colégio Interativo (2014).

Figura 2 - Contextualizando o espaço físico externo



Fonte: Colégio Interativo (2014).

Ambientação: dimensionamento, configuração e aparência

Os aspectos dimensionais, estéticos e todas as demais características não se fazem importante apenas por questões organizacionais na educação e sim, por que um ambiente equilibrado estimula a autonomia e a segurança (Fig. 3). Uma criança que está sentindo prazer em estar em determinado lugar porque sente-se motivada em aprender, vai buscando sua

autonomia, sua confiança e sentindo-se segura, se autoriza a buscar coisas novas, a movimentar-se a frente das novidades. Segue:

A adaptação do mobiliário, dos equipamentos e do próprio espaço à escala da criança permite uma maior autonomia e independência, favorecendo o processo de desenvolvimento a partir de sua interação com o meio físico. Estantes acessíveis, com diversidade de materiais educativos disponíveis, bem como cadeiras e mesas leves que possibilitem o deslocamento pela própria criança, tornam o ambiente mais interativo e coerente à ideia de construção do conhecimento a partir da ação e da intervenção no meio.

As cores têm importância fundamental para os ambientes destinados à educação da primeira infância pois reforçam o caráter lúdico, despertando os sentidos e a criatividade. O uso da cor, além do papel estimulante ao desenvolvimento infantil, pode ser também um instrumento eficaz de comunicação visual, identificando ambientes e setores (BRASIL, p. 28, 2006).

Figura 3 - Contextualizando ambiente interno



Fonte: Colégio Interativo (2014).

Parâmetros Técnicos – Materiais e Acabamentos

Os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação (BRASIL, 2006), apresentam parâmetros técnicos – materiais de acabamento para instituições de educação infantil, que devem:

Considerar as características superficiais dos materiais relacionando-as às características sensoriais das crianças (sensibilidade aos estímulos externos). Planejar ambientes internos onde as crianças possam “explorar com as mãos e com a mente”, além dos ambientes exteriores, que permitem uma exploração do meio ambiente a partir do conhecimento das cores, das formas, das texturas, dos cheiros e dos sabores da natureza, interagindo diferentes áreas do conhecimento (BRASIL, p.32, 2006).

Enfim, os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação destacam a necessidade de que se considere a criança como sendo um ser explorador, criativo, sensível, investigativo. Um ser sensível aos estímulos e ao meio e que, portanto, interage com o meio com facilidade, abstraindo informações.

Estes aspectos são alguns dos que devem ser observados e considerados no momento em que se quer construir ou reformar o espaço/ambiente da educação infantil. No primeiro momento parece uma lista de obrigações sem coesão e desnecessárias. Porém, basta observar o que Horn (2004, p. 61) enfatiza em sua obra, para entender que tudo acima citado possui sentido e é importante num espaço de educação infantil, visto que:

As escolas de educação infantil têm na organização dos ambientes uma parte importante de sua proposta pedagógica. Ela traduz as concepções de criança, de educação, de ensino e aprendizagem, bem como uma visão de mundo e de ser humano do educador que atua nesse cenário.

São concepções em que as cores, os sons, os aromas, os saberes existentes e que virão existir fazem parte do contexto englobando a criança permitindo a ela sentir-se um ser completo, acolhido, entendido. Sujeito capaz, motivado e desafiado ao novo, ao difícil, a curiosidade, disponível para novas relações e a partir destas, novas aprendizagens.

A arquitetura escolar é tão importante quanto sua organização pedagógica. Os espaços educacionais devem estar protegidos do desconforto seja visual, seja de locomoção ou nos momentos de relaxar. O trabalho do arquiteto escolar trata de espaços de vivências, de práticas, de sentimentos, por isso será criativo, inventivo e projetivo, não apenas por estética. Como já visto nos parâmetros, esse espaço/ambiente envolve e desperta os sentidos da criança e, será neste espaço que a criança desejará ou não, ser investigadora, pesquisadora, exploradora, testando sua expressividade e suas narrativas, arriscando hipóteses e toda sua subjetividade se relacionando com a organização e a proposta lançada na disposição do mobiliário, podendo este ser mediador, fazendo parte com naturalidade dos cantos e recantos da sala de aula, com diferentes texturas, cores,

Relações e contribuições sócio afetivas dos espaços

O desenvolvimento da criança é motivo de grande encantamento. Ela encanta com seus movimentos, seus questionamentos, suas investigações, suas problematizações, suas soluções, sua criatividade em criar, inventar, fantasiar, imaginar. Todas essas ações regadas de

muita afetividade, entrega, envolvimento – emoção. A criança que vivem em um meio social estruturado, com relações intermediadas por indivíduos que estabelecem vínculo socioafetivo que lhes possibilite agir sobre o mundo que a cerca, diversificando sua cultura, oportunizando novas convivências e com elas conflitos, desavenças, diálogos, diferentes aprendizagens em diferentes linguagens, tendem a possuir mais interesse e motivação para aprender.

Ao ler “Ihe separam a cabeça do corpo” na fala de Malaguzzi (1999), em seu poema “As cem linguagens”, nos faz pensar que o sistema de educação trabalha direcionando o ensino sem considerar a criança como um ser completo, inteiro, com sentimentos e emoção. Com diferentes modos de escutar, de pensar, de falar, de refletir, de interpretar, de manifestar seja alegrias ou frustrações, de compreender, de conhecer e então apreender o conhecimento e desenvolver as aprendizagens. A criança é movida pela emoção manifestada em seus movimentos e expressões. Através dos movimentos podemos perceber se a criança está receptiva as ações da escola. Wallon (apud GALVÃO, 1995) analisa o movimento como sendo o meio de comunicação que antecede a palavra. Não apenas isso, ele considera o movimento muito mais que sendo uma ação físico corporal, mas sim uma manifestação psíquica. A criança através de seu corpo e a manifestação de suas cem linguagens, vai dando sinais à escola e seus professores se ela está ou não sentindo-se motivada a aprender, se encontra culturalmente nesse espaço. Motivar a criança de educação infantil a aprender envolve preocupar-se se o espaço em que ela está inserida é cativante, afetivo, propicia movimento, encantamento, desafios, investigação, pesquisa, saber, satisfação, identificação. Nas palavras de Costi (2007, p. 01) quanto “[...] mais emoção na sala de aula, mais chance de que a memória seja acionada”. Quer dizer: esta criança que frequenta uma escola de educação infantil nos dias de hoje, vê-se representada e inclusa nesse ambiente sócio cultural? Sua memória está sendo acionada para a aprendizagem?

Nesse ambiente de relação de um com o outro, professor-aluno e especialmente aluno-aluno, onde se desenvolve interações que proporcionarão forma ao aprendizado da criança de maneira fundamental que a acompanharão para a vida toda, considerando a infância a fase onde se desenvolve bases afetivo-cognitivo que serão definitivas para a vida desse ser, considera-se então, que as atividades ali planejadas sejam motivadoras, a organização espacial dos móveis e objetos favoreçam a locomoção e ocupação da sala ou espaço físico do local, traduzindo-se em liberdade para as crianças, atendendo às diferentes necessidades dos alunos de acordo com seus estágios de desenvolvimento. Sempre promovendo autonomia, a “multiplicidade da linguagem”, participação nas atividades e porque não na elaboração das

mesmas, trabalhando para que o conhecimento seja uma construção, como sugerido por John Dewey (apud RINALDI, 2012).

Dewey (1938 apud RINALDI, 2012) reforça a ideia de que cabeça e corpo, não são desconexos e que o aprendizado é um processo ativo, tendo que haver a participação e envolvimento da criança como autora e sujeita de conhecimento, “A presença do outro social pode se manifestar por meio dos objetos, da organização do ambiente, dos significados que impregnam os elementos do mundo cultural que rodeia o indivíduo” (BRASILEIRO, 2008, p. 65). Ou seja, no processo de ensino-aprendizagem, que segundo Brasileiro (2008, p. 65), “[...] abrange aquele que aprende, aquele que ensina e a relação entre ambos”, já está implícito o aprendizado ativo. Pois ao planejar o espaço de aprendizagem, a criança pode ter participação ativa na organização sentindo-se sujeito de aprendizagem e produtora de conhecimento, identificando-se com o meio, considerando seu saber, sua história, deixando sua marca, tornando o espaço afetivo e convidativo aos seus pares. Porque ao envolver-se na proposta a criança sente-se importante, desejada, assistida, inclusa no ambiente. Sabendo que esses são aspectos importantes para o desenvolvimento sócio-afetivo-cognitivo-emocional da criança, fundamentais serem bem trabalhados na primeira infância, pois darão suporte e melhor desenvolvimento ao aprendizado durante toda a vida.

Além do mais, despertam a emoção, corpo e mente agindo numa mesma ação, é a criança motivada a continuar a busca pelo conhecer, pelo investigar, formando conceitos, arquivando experiências nas suas memórias que com o tempo, de acordo com novas experiências e acontecimentos na vida, novas sinapses ocorrerão, e esses conceitos sofrerão transformações e portanto, novas aprendizagens acontecerão. No entender de Moyles (2010, p. 236), pesquisas

[...] sobre o cérebro indicam que a aprendizagem é algo que acontece muito individualmente por meio de conexões cerebrais resultantes de algum estímulo externo recebido através dos sentidos – nas crianças pequenas, essa estimulação normalmente se baseia no brincar.

Ou seja, ao brincar a criança, geralmente, desperta satisfação e prazer, voltando sua atenção a ação que está praticando, estando apta a realizar as conexões neurais, que estando presente em um ambiente favorável, motivador, estará aprendendo a partir do brincar.

Imagina-se uma situação de pesquisa e investigação proposta por uma professora de uma turma de berçário nível 1, por exemplo. Um móvel pendurado no centro da sala de aula com atrativo colorido, brilhoso e de fácil manipulação. Qual será a reação do bebê? Talvez

suas perguntas fossem essas: O que é isso? O que isso faz? E esse colorido que chama minha atenção? E essa forma que minha mão consegue pegar, apalpar? Não sei ..., mas é tão gostoso sentir esse brinquedo na minha mão? Quero saber mais sobre ele, e então..., nhaacc!!! A boca e os dentes também viram meios de investigação além das mãos e dos olhos. O móbile não é um brinquedo que serve apenas para distrair e entreter. Ele pode ser um objeto de estudo e pesquisa, tudo depende do contexto em que o professor o insere na sala de aula ou propõe a brincadeira, motivando-as a investigar e a querer aquele objeto. E assim, desde muito pequenas as crianças são investigadoras, pesquisadoras, fazem análises, refletem e usam o ambiente onde estão inseridas como proposta de estudo e o professor tem em mãos a grande possibilidade de transformação no aprendizado desse bebê.

A ilustração do brinquedo, aparentemente muito simples e inocente, que não exige um olhar atento sobre ele, serve para demonstrar que independente da ação que a criança estiver fazendo, o espaço da sala de aula e da escola deve estar preparado para motivar o aprender, o pesquisar, o investigar. Em todos os níveis de ensino. Quanto mais agradável for esse ambiente, atrativo, maior as contribuições para a aprendizagens, sabendo que as aprendizagens podem ocorrer nas ações mais simples até as mais complexas planejadas e propostas pelo professor. Naturalmente a criança busca querer relacionar as ações que ela desenvolve com as propostas sugeridas e suas descobertas. Ela é atraída com novas situações e objetos desconhecidos. A criança se motiva e deseja se envolver em atividades que a emocione e encante seus olhos e lhes cause desafio, tanto para elaborá-la quanto para descobrir o resultado final.

O Psicopedagogo Como Mediador

Um ambiente motivador tem a ver com humanizado também. Espera-se que seja um ambiente acolhedor, rico de possibilidades, organizado para promover situações de aprendizagem. A sala de aula se constitui de relações. Um espaço escolar onde apenas predomina os aspectos físicos como meio de organização e de forma estrutural cadeiras, armários e disposição dos alunos como método disciplinar, não pode ser considerado como humanizado e rico.

Atualmente tem-se falado muito na qualidade em educação e no repensar da posição da educação infantil na educação básica, como já mencionado no início desse texto, mas de uma forma mais didática e conteudista, com o que não concordamos. No entanto, nota-se que a deficiência na educação brasileira não está apenas na programação pedagógica, nem tão

pouco presente apenas no espaço estrutural, que sofre com esquecimento por parte dos responsáveis e não é pensado e adequado para atender a demanda de alunos, na grande maioria das escolas públicas, nem mesmo nas de educação infantil. A deficiência da educação passa também pela necessidade de se ter profissionais mais humanos. Por exemplo, as crianças que frequentam uma escola levam consigo sua história, sua cultura, sua religião, sua herança genética, convivências com o meio familiar e portanto suas aprendizagens, que não condizem com a cultura e realidade, muitas vezes, vivenciadas pela escola. Sendo assim, há um conflito de informações e se o ambiente educacional, subentende-se aqui o professor também, não estiver em equilíbrio, as relações ficam tumultuadas, tornando-se uma convivência saudável, produtiva. Aí entra em questão as memórias, a emoção.

Sabe-se que toda criança ao entrar para a escola, leva consigo sua história, sua bagagem recheada de saberes inerentes a ela e ao meio de sua convivência, e esta deve ser notada, preservada e respeitada. Porém, nem sempre o conteúdo dessa bagagem vem a favorecer o desenvolvimento pleno dessa criança. No entanto, um olhar com mais ética e humanizado, sem crítica a esse sujeito que também produz conhecimento, mas que precisa de uma ajuda, precisa ser compreendido e não julgado, precisa ser acolhido, ser visto através da alma, como diz Cury (2015, p. 26-27): “Não devemos enxergar apenas com os olhos da face, que só captam a luz exterior, as ondas eletromagnéticas. Precisamos também enxergar com os olhos do coração, que captam os pensamentos e as emoções das pessoas”. Faz-se necessário para tornar essa criança aprendiz nas suas totais capacidades, neurológica, intelectual, emocional e social.

O sujeito que nas suas relações familiares não encontra apoio e entendimento, onde a organização familiar não dá suporte para que haja desenvolvimento pleno, que não estabelece relação de confiança, não se criam as condições básicas para aprendizagem. Segundo Ecco (2014, p. 61), “[...] confiança no outro é a condição fundamental para educar, isto é, humanizar, uma vez que enquanto seres humanos educamo-nos mutuamente, porque convivemos, interagimos e nos transformamos”. O autor acima, ainda, brilhantemente, explica que se faz importante resgatar, enquanto profissional da educação, a confiança e porque não, a autoconfiança, elevar autoestima dessa criança que chega sem esperanças de dias melhores.

Sendo assim,

[...] cabe ao adulto organizar sua prática junto às outras crianças, de modo que as relações do grupo possam ocorrer longe das coerções e de um disciplinamento centrado nas normas ditadas por ele. Eles necessitam de espaço para exercerem sua criatividade e para contestarem o que desaprovam. (HORN, p. 17, 2004).

Deve-se inserir essa criança em um ambiente onde novas relações possam colaborar para essa transformação, as fazendo entender que todas as relações de convivência devem estar baseadas no respeito às diferenças, nas necessidades de cada um, no compartilhamento de ideias, nas trocas de afeto, enfim na convivência ética e plena da infância em brincar, divertir-se, encantar-se, crescer e ser feliz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se concluir este estudo pode-se dizer que é de grande valor a organização do ambiente da Educação Infantil para o desenvolvimento emocional e cognitivo da criança, ou seja, para o seu desenvolvimento integral.

Um espaço planejado e adequadamente organizado oportuniza que a criança desenvolva suas potencialidades, pois ambientes acessíveis e ricos à exploração são indispensáveis à construção da autonomia e do seu conhecimento.

O papel do adulto no espaço é o de mediador, que promove as interações, que planeja e organiza as atividades, com o objetivo de buscar o desenvolvimento integral de todas as potencialidades da criança, através das relações que esse local oferece.

O psicopedagogo, por sua vez, é o profissional que possui a capacidade realizar escuta e de observar para além dos estereótipos, para além das manifestações externalizadas. Sua ação vai desde a observação da criança e de seu contexto sócio cultural, de suas manifestações, sua inserção na sala de aula, as relações nesse ambiente sendo professor-aluno, aluno-aluno, a organização e tudo o que possa a fazer parte do ensino-aprendizagem do sujeito.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Orlando José de. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932: memória e imagens do Manifesto nos livros didáticos de História da Educação. **Anais...** VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2006. v. 1. p. 1177-1187.

BRASIL. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica: Brasília, 2005

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em 10/06/2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Secretaria de Educação Básica: Brasília, 2010.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm >. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2006.

BRASILEIRO, Tania Suely A. (Org.) A Criança e seu Corpo: uma linguagem despercebida na escola. In: BRASILEIRO, Tania Suely A. (Org.) **Reflexões e sugestões práticas para atuação na Educação Infantil**. Campinas: Alínea, 2008.

CARVALHO, Fernanda Antoniolo Hammes de. Neurociências e educação: uma articulação necessária na formação docente. **Trab. educ. saúde**. Rio de Janeiro, v. 8, nº. 3, 2010.

COLÉGIO INTERATIVO. Fotos e eventos. Disponível em: <<http://www.colegiointerativo.com.br/galeria.id=22>>. Acesso em: 26 set. 2017.

COSTI, Marilice. **Ambiente escolar, comportamento e cognição: interferências complexas**. 16 Aug 2007. Disponível em: <<https://www.redepsi.com.br> >. Acesso em: 16 jul. 2017.

CURY, Augusto. **Filhos brilhantes alunos fascinantes**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2015.

DAL PRÁ, Fernanda. **A importância do espaço/ambiente na Educação Infantil**. Trabalho de conclusão de Curso.

ECCO, Idanir. **Virtudes docentes para a educação humanizadora: revisitando Paulo Freire**. Erechim: EdiFAPES, 2014.

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

HERCULANO, Suzana Housel: **DVD – Neurociência do Aprendizado**. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=M0do_ye-R00 > Acesso em: 10 Jun. 2015.

HORN, Maria da Graça Souza. **Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MALAGUZZI, L. História, ideias e filosofia básica. In: EDWARDS, C. et al. **As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emília na Educação da Primeira Infância**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

MARTINS, Filho Altino José: **Minúcias da vida cotidiana no fazer-fazendo da docência na educação infantil**: Tese de Doutorado: Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/72780>>. Acesso em: 02 Jun. 2015.

MOYLES, Janet R. **Fundamentos da Educação Infantil**: enfrentando o desafio. Porto Alegre: Artmed, 2010.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Tradução de Ana Maria Netto Machado. Porto Alegre: Artmed, 1985.

REDIN, Euclides. **O espaço e o tempo da criança**: se der tempo a gente brinca! Porto Alegre: Mediação, 1998.

RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia**: escutar, investigar e aprender. Tradução de Vania Cury. 1.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

SANTANA, Djanira Ribeiro. **A organização dos espaços/ambientes de educação infantil sob a perspectiva das crianças e das professoras**. Dissertação. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador-BA, 2016.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **Rev. bras. Hist.**, 1999, v.19, n.37, pp.35-58, 1999.

XAVIER, Libânia Nacif. **Para Além do campo educacional**: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2002.

ZABALZA, Miguel. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1988.

ZANELLA, Liane. Aprendizagem uma introdução. In: ROSA, Jorge La.(Org.) **Psicologia da educação: o significado do aprender**. 8.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.